EDITAL N. 01/2015/PGJ

**PROCESSO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO PARA
ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

ORIENTAÇÕES GERAIS

- 1 Mantenha seu documento de identificação sobre a carteira.
- 2 É vedado o uso de telefone celular, relógio ou qualquer dispositivo eletrônico, sob pena de desclassificação.
- 3 Preencher os dados solicitados nos campos indicados ao nome, número de inscrição, número de identidade e assinatura e no cartão-resposta.
- 4 Verifique se há falha na impressão do cartão-resposta ou na prova. A prova contém 80 (oitenta) questões.
- 5 Não identificar o caderno de provas ou rascunho (nome e número de inscrição).
- 6 Na execução das provas, só será permitida a utilização de caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente.
- 7 Não será permitida qualquer espécie de consulta, inclusive a textos legais, sob pena de eliminação do candidato.
- 8 É expressamente proibido qualquer comunicação entre os candidatos ou com pessoas estranhas. Não tente visualizar a prova dos demais candidatos. Após as instruções preliminares, nada será respondido.
- 9 O candidato não deverá amassar, anotar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou de qualquer modo danificar o cartão-resposta, **caso contrário as respostas não serão lidas**.
- 10 **Não será permitida a substituição do cartão-resposta por erro do candidato**.
- 11 Na duração da prova está incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do cartão-resposta.
- 12 Ao término da prova, entregue aos fiscais o “caderno de prova” e o “cartão-resposta”. **NÃO SERÁ PERMITIDO LEVAR O CADERNO DE PROVAS OU RASGAR PARTE DELE.**
- 13 Somente será permitido ao candidato destacar a última folha do caderno de provas, identificada como “folha para anotação do gabarito”, destinada exclusivamente para o candidato anotar o gabarito da prova realizada e levá-lo consigo.
- 14 Somente será permitido que o candidato retire-se da sala após 1 (uma) hora do início da prova, salvo autorização da Comissão de Concurso, sendo obrigatória a presença dos 3 (três) últimos candidatos até a entrega da última prova.
- 15 A duração da prova será de 3 (três) horas.
- 16 **NÃO SE ESQUEÇA DE ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA.**

EDITAL N. 01/2015/PGJ**PROCESSO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO PARA
ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

*De acordo com o comando inerente a cada assertiva, deverá o candidato julgá-la **VERDADEIRA** ou **FALSA**, transcrevendo sua resposta para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção da prova.*

*Na Folha de Respostas, haverá, para cada assertiva, dois campos de marcação: o campo designado com o código **V**, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue a assertiva **VERDADEIRA**, e o campo designado com o código **F**, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue a assertiva **FALSA**.*

Para obter pontuação em cada assertiva, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da Folha de Respostas.

*Caso não haja marcação ou haja marcação dupla (**V** e **F**), será atribuída pontuação 0,00 (zero) para a assertiva.*

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. O pluralismo político é um dos fundamentos principiológicos da República Federativa do Brasil.
2. A casa é o asilo inviolável do indivíduo. Assim ninguém pode nela penetrar sem consentimento do morador, nem mesmo por ordem judicial.
3. Os direitos fundamentais são absolutos, portanto, não admitem qualquer restrição.
4. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos.
5. Conforme a doutrina constitucional, o direito ao meio ambiente é considerado direito fundamental de primeira dimensão.
6. A independência funcional é um dos princípios do Ministério Público. Tal princípio tem previsão normativa constitucional expressa.
7. Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

DIREITO PENAL

8. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

9. Considera-se culposo o crime quando o agente assume o risco de produzir o resultado.
10. A prestação de serviços à comunidade, a perda de bens e valores, a pena pecuniária e a multa são exemplos de penas restritivas de direito.
11. A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição de tarefas ao condenado, mediante remuneração simbólica. Ela não pode ser gratuita para não caracterizar regime de escravidão.
12. O recebimento da denúncia e a impronúncia são causas interruptivas da prescrição.
13. O concurso de duas ou mais pessoas é uma qualificadora tanto para o crime de homicídio doloso quanto para o crime de furto.
14. Os crimes de calúnia, difamação e injúria se processam, via de regra, mediante queixa-crime.
15. Ser menor de 21 anos na data do fato ou maior de 70 na data da publicação da sentença determina a atenuação da pena.
16. É isento de pena quem comete o crime de furto simples contra cônjuge, na constância da sociedade conjugal.
17. Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, de mesma natureza, no curso do processo penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

18. A lei processual penal admite interpretação extensiva e aplicação analógica.
19. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação penal pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
20. Nos crimes de ação penal pública o inquérito policial poderá ser iniciado de ofício.
21. A transação penal é a aplicação, antes de oferecida a denúncia nos Juizados Especiais Criminais, de pena de prisão simples, prestação de serviços à comunidade ou multa. Ela deve ser aceita pelo autor do fato e seu advogado.
22. São da competência do Tribunal do Júri os crimes contra a vida, entre eles o homicídio doloso, homicídio de trânsito, aborto e latrocínio.
23. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
24. O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa para beneficiar o réu, mas jamais para lhe aplicar pena mais grave, sob pena de ofensa ao princípio do *non reformatio in pejus*.

25. A requisição de abertura de inquérito policial pela própria autoridade judiciária afronta o princípio da inércia da jurisdição e não encontra amparo em nosso ordenamento jurídico.
26. O magistrado poderá dispensar a realização de exame de corpo de delito quando entender desnecessária ao esclarecimento da verdade dos fatos.
27. A prisão preventiva poderá ser decretada de ofício pelo juiz, enquanto que a prisão temporária depende, necessariamente, de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público.

DIREITO CIVIL

28. Toda pessoa é sujeito de direitos.
29. O surdo-mudo é absolutamente incapaz.
30. Ministério Público não pode requerer a extinção da fundação.
31. A prescrição resulta exclusivamente da lei, enquanto a decadência pode resultar da lei, do contrato e do testamento.
32. Poderá ser efetuado o casamento mesmo se um ou os dois noivos estiverem representados por procuração.
33. Os rios, os mares, as estradas, as ruas e as praças são bens públicos de uso especial.
34. A validade da declaração de vontade em geral não depende de forma especial.
35. O negócio nulo pode ser convalidado.
36. A fixação dos alimentos depende apenas da necessidade do alimentado.
37. Se houver herdeiro incapaz, a partilha será sempre judicial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38. Pode a lei expressamente autorizar terceiros virem a juízo, em nome próprio, litigar na defesa de direito alheio.
39. A competência absoluta é aquela estabelecida em favor do interesse público, não sendo passível de modificação pela vontade das partes, em foro de eleição.
40. O acordo entre as partes é causa de extinção do processo com julgamento do mérito.
41. O processo será extinto se for verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, sem se dar oportunidade para a regularização.
42. Nos processos em que há incapazes, ainda que devidamente assistidos ou representados, é indispensável a intervenção do Ministério Público.

43. As ações de alimentos devem ser propostas, assim como as respectivas execuções, no foro de domicílio do devedor, conforme a regra geral do Código de Processo Civil.
44. Quando, por três vezes, o oficial de justiça não encontrar o réu no endereço indicado, presume-se citado.
45. A parte que alegar direito municipal deve prová-lo e também sua vigência.
46. O cumprimento da sentença não requer a antecipação das custas pelo Ministério Público.
47. São espécies de recurso a apelação, o agravo e a reconvenção.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

48. Conforme a Lei Orgânica do Ministério Público catarinense, são órgãos da Administração Superior do Ministério Público: a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
49. O Promotor de Justiça é Órgão de Execução do Ministério Público.
50. Diante de disposição legal específica, somente o Ministério Público tem legitimidade para propor a ação civil pública.
51. Dentre outras questões, a ação civil pública pode ser ajuizada para a responsabilização por danos morais e patrimoniais causados à ordem urbanística e por infração da ordem econômica
52. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção.
53. Conforme previsão legal, nos processos que apuram improbidade administrativa (Lei n. 8429/92), o Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
54. Conforme a Lei Orgânica do Ministério Público de Santa Catarina, um Promotor de Justiça não pode ser nomeado Procurador-Geral de Justiça. Trata-se de função que somente pode ser exercida por Procuradores de Justiça com mais de dez anos de carreira.
55. Os adolescentes que praticarem crime ficam sujeitos à pena privativa de liberdade.
56. Constitui crime a posse, no interior da residência, de arma de fogo de uso permitido sem o seu registro no órgão competente.
57. O transporte de drogas para consumo próprio constitui crime, embora o tipo penal não preveja a aplicação de pena privativa de liberdade.
58. No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada em um terço até a metade, se o agente estiver sob a influência de álcool.

59. Nos juizados especiais criminais, o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.
60. A Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da idade e do nível social da vítima.

LÍNGUA PORTUGUESA

61. Com relação às regras do Novo Acordo Ortográfico, as palavras “maus-tratos”, “bem-estar” e “mão de obra” estão grafadas corretamente.
62. Com relação à colocação do acento marcador da crase, a frase “Os participantes foram obrigados à pagar pelas despesas de hospedagem” está correta.
63. Com relação à regência verbal, a frase “Toda discussão visava a anular as questões polêmicas” está correta.
64. Na frase “O local apresentava iluminação deficiente”, a palavra sublinhada é um substantivo.
65. Com relação à concordância nominal, a frase “As parcelas extras não serão cobradas” está correta.
66. Com relação à colocação do pronome oblíquo, a frase “Lhe dariam a vaga se ele residisse na mesma cidade” a frase está correta.
67. Analisando o verbo, a frase “Eu compito intensamente, todos os dias, comigo mesmo” está correta.
68. Com relação à colocação da vírgula, a frase “Todos saíram satisfeitos embora as discussões tenham sido tensas” está correta.
69. Na frase “Talvez eles decidam não apresentar aqueles documentos ao advogado”, a palavra sublinhada é um advérbio.
70. Segundo o Novo Acordo Ortográfico, as palavras “auxílio-maternidade”, “ar-condicionado” e “conta-corrente” estão corretamente grafadas.
71. Analisando os verbos, a frase “Alguns afirmaram que, mesmo que não valhesse o resultado, a manifestação atingiu seu objetivo” está totalmente correta.
72. Com relação à regência verbal, a frase “Os candidatos assistiram à palestra atentamente” está correta.
73. Com relação à concordância verbal, a frase “Um bando de pássaros invadiu o jardim” está correta.
74. Quanto à colocação do acento marcador da crase, a frase “Todo o curso deste semestre será ministrado a distância” está correta.

75. Quanto à colocação do pronome oblíquo, a frase “Quem disse-lhe a verdade?” está correta.
76. Com relação à colocação da vírgula, a frase “Depois que terminamos a prova, voltamos à biblioteca” está correta.
77. Segundo as regras do Novo Acordo Ortográfico, as palavras “assembleia”, “vôo” e “polo” estão todas grafadas corretamente.
78. Com relação à colocação do acento marcador da crase, a frase “Todos os pagamentos relativos à multas foram efetuados está correta.
79. Com relação à regência verbal, a frase “O Diretor procedeu à juntada dos documentos apresentados” está correta.
80. Com relação à concordância nominal, a frase “Qualquer dúvidas, procure a organização do evento para ajudá-la” está correta.

EDITAL N. 01/2015/PGJ

**FOLHA PARA ANOTAÇÃO DO GABARITO
(única que pode ser destacada e levada)**